

Governo pode reduzir o aperto

O aperto deu resultado e o governo cumpriu com folga, até agora, as metas fiscais. Sobra algum espaço, portanto, para o Tesouro gastar um pouco mais até o fim do ano, sem risco de maior desarranjo no orçamento e sem novas pressões inflacionárias. Até julho, o governo central acumulou um superávit primário de R\$ 30,9 bilhões. Ultrapassou por uma pequena diferença o objetivo fixado para o período janeiro-agosto, R\$ 30,5 bilhões.

O arrocho foi necessário para impedir o agravamento do quadro fiscal, depois da turbulência financeira que marcou o final do ano passado e o começo deste ano. Foi, além disso, uma demonstração de que o novo governo seria capaz de agir com austeridade e rigor – um recado especialmente dirigido ao mercado financeiro.

O resultado primário do governo central – Tesouro, Previdência e Banco Central – equivaleu a 3,52% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado. No ano passado, no mesmo período, essa relação ficou em 2,96%. As contas primárias são calculadas sem o pagamento de juros. O superávit, nesse caso, é uma espécie de poupança para co-

brir os compromissos financeiros. O objetivo é estabilizar e, em seguida, reduzir a proporção entre a dívida pública e o valor da produção.

Os números consolidados do setor público deverão sair nos próximos dias e incluirão também o desempenho fiscal de Estados, municípios e estatais. Todos os sinais são de que o País continua alcançando sem dificuldade a meta combinada com o Fundo Monetário Internacional, um superávit primário de 4,25% do PIB.

Se o governo elevar os gastos com prudência, sem abandonar a austeridade, e a produção voltar a crescer, será mais fácil promover esse ajuste. É o que se espera, a partir de agora, com juros em queda e aumento do estímulo ao consumo e ao investimento produtivo.

O afrouxamento deve ser mais do crédito que do orçamento público. Manter a austeridade fiscal, mesmo com algum alívio, será condição essencial para que os juros continuem a cair.

Tem sentido, portanto, a advertência do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, de que será preciso manter o aperto por oito anos. Ele está certo.

O próximo governo, seja do PT ou de outro partido, terá de comprometer-se com uma política severa, porque o aperto fiscal não está completo. Depois de concluído, a austeridade ainda será necessária, mas a política poderá ser bem mais branda, até porque as condições de financiamento do setor público deverão ser mais favoráveis que as de hoje.

O superávit primário do governo central dependeu só do Tesouro, que apresentou resultado positivo de R\$ 42,8 bilhões. Isso foi possível porque a receita das contribuições cresceu ligeiramente em termos reais,

passando de 8,5% para 8,6% do PIB. A receita de impostos diminuiu proporcionalmente, caindo de 9,1% para 8,3% do PIB. Encolheram, portanto, como porcentagem do PIB, as transferências federais para Estados e municípios, que dependem da evolução do IPI e do Imposto de Renda. Isso explica, em parte, as pressões de governadores e prefeitos para que a CPMF e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sejam tam-

bém partilhadas com os componentes da federação. O governo federal, no entanto, é o responsável principal pelo ajuste das contas públicas. Uma nova sangria de seus recursos poderia comprometer a saúde financeira de todo o setor público.

O resultado primário da Previdência (Regime Geral) foi um déficit de R\$ 11,8 bilhões em sete meses, R\$ 3,7 bilhões a mais que o de um ano antes. O déficit do Regime Geral passou de 1,11% para 1,35% do PIB, de um ano para outro. Aumentaram os beneficiários e as contribuições, mas a

receita cresceu menos do que a despesa. A elevação real do salário mínimo foi uma das causas do descompasso.

O aumento dos gastos não obrigatórios do Tesouro e das despesas da Previdência deve estar contribuindo para a reanimação da economia. A contribuição deverá continuar até o fim do ano, mas a reativação dependerá principalmente do setor privado. Daí a importância crucial da redução dos juros.

**Há espaço
para gastos
maiores, mas
a austeridade
continua
indispensável**